

450



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Data Abertura: 18/12/2021 Proc: ADM 2021/000298

Interessado:

LACUNA SOFTWARE LTDA

PRESIDENTE

Assunto:

DISPENSA LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL
COM CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS DO
CRCES.

PROCESSO

MEMORANDO Nº. 082/2021 – Setor Administrativo

De: Gestor de Contratos

Para: Chefe do Setor Administrativo

Ref.: Abertura de processo de contratação de serviço de gestão de assinaturas digitais

Vitória, 09 de dezembro de 2021.

Prezada Josilene de Araujo,


Conforme é de conhecimento da administração do CRCES, o contrato Nº 033/2020, processo ADM nº 2020/000662 (Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93), entre o CRCES e a empresa LACUNA SOFTWARE LTDA, que teve como objeto a contratação de software no modelo SaaS (Software como serviço) para inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos, que foi prestado sob demanda nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 34/2020, **não foi renovado** por não estar mais dimensionado para as necessidades deste Conselho Regional, anteriormente, foi previsto um quantitativo anual de 14.400 assinaturas validadas, porém, em 11 meses de utilização (o serviço passou a ser prestado um mês após a assinatura do Contrato devido à necessidade de ajustes no sistema gestor do CRCES) alcançamos 16.161 assinaturas digitais, um aumento projetado para utilização após 12 meses de 24,77%.

Portanto, para garantir a continuidade da prestação deste serviço no âmbito do CRCES, solicito que seja iniciado o processo de nova contratação do objeto acima exposto. Observando que ficou caracterizado que o CRCES utilizou validação anual de 18.000 assinaturas (estimativa de utilização em 12 meses considerando média dos 11 meses executados), sugerimos análise para melhor dimensionamento da demanda para o próximo período de contratação.

Atenciosamente,


Wekson Barbieri Mariano
Gestor de Contratos

Recebi em 09 / 12 / 2021.


Josilene de Araujo
Chefe do Setor Administrativo

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD**Órgão:** CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES**Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):** Setor de Tecnologia da Informação**Responsável pela Demanda:** Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo**Matrícula:** [REDACTED]**E-mail:** victor.figueiredo@crc-es.org.br**Telefone:** (27) 3232-1610**1. Objeto da Contratação:****1.1. INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL COM CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS.****2. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado:****2.1. Motivação da Contratação:**

Certificado Digital é a identificação de uma pessoa física ou jurídica no meio eletrônico, como, por exemplo, o e-CPF e o e-CNPJ. Esses certificados são adquiridos por meio de Autoridades Certificadoras (AC).

As assinaturas feitas com Certificado Digital têm algumas propriedades que atribuem importância a elas:

✓ Integridade: toda e qualquer alteração feita em um documento assinado digitalmente é perceptível.

✓ Autenticidade: a assinatura digital tem a mesma validade jurídica de uma autenticação em cartório.

✓ Não repúdio: o signatário não pode negar sua assinatura digital validada em um documento.

Assinaturas Digitais já são obrigatórias para vários tipos de processos, além de ser uma medida alinhada com a sustentabilidade, pois desencadeia uma utilização menor de papel e insumos de impressão.

Para isso tudo ocorrer, é necessária a contratação de solução que gerencie e dê validade a estas assinaturas, tornando transparente a sociedade e juridicamente viável, a ferramenta que pretendemos contratar viabiliza o uso da tecnologia de Certificação Digital, por meio de módulos que são integrados às aplicações e aos sistemas deste Conselho Regional.

2.2. Objetivos da Contratação:

Garantir a celeridade nos processos de assinaturas dos processos relacionados aos trabalhos desenvolvidos pelo CRCES, sem por em risco a legitimidade dos documentos.

2.3. Plano de Trabalho:

5002 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

FLS.: 03 16/20
PROC.: 298/2021

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

2.4. Dotação Orçamentária:

6.3.1.3.02.01.005 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

3. Quantidade estimada:

ITEM	EQUIPAMENTO/ SOFTWARES / SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
I.	INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL COM CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS	2.500/mês

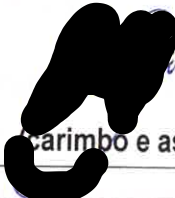
4. Previsão de data em que deve iniciar a utilização dos serviços:

A previsão de início da utilização dos serviços é imediatamente após a contratação.

5. Responsabilidade pela Formalização da Demanda:

Local e Data: 09/12/2021

Setor responsável pela Formalização da Demanda:
VICTOR HUGO PINTO DE FIGUEIREDO BERNARDO


Victor Hugo P. de F. Bernardo
Operador de Sistemas
CRC-ES
(carimbo e assinatura)

6. Responsável pela Autorização da Demanda:

Local e Data:

Chefia responsável pela Autorização da Demanda:
JORGE TADEU LARANJA


Jorge Tadeu Laranja
Contador - Executor
(carimbo e assinatura)

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo**PORTARIA CRCES N.º 036, DE 19 DE ABRIL DE 2021.**

Institui a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a importância das contratações para a organização, uma vez que possibilitam a obtenção da estrutura e logística adequadas proporcionando o alcance da sua missão institucional e do seu Planejamento Estratégico com eficácia, eficiência e efetividade;

Considerando a importância do planejamento das contratações, para que os objetivos estratégicos propostos possam ser cumpridos de forma integral, organizada e programada, otimizando os recursos empregados e possibilitando um adequado estudo e uma prévia análise e tratamento dos riscos compreendidos nas contratações;

Considerando a necessidade recorrente de compor equipes para atuar nas etapas de planejamento das contratações a serem realizadas pelo CRCES, por meio de empregados que reúnem as competências necessárias à sua completa execução, nos termos da Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários **Wekson José Barbieri Mariano**, **Rodrigo dos Santos Sanz**, **Paulo Henrique Amaral Rody**, **Grazielly Inácio Tartaglia**, **Vanessa Covre Rangel Marques**, **Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo**, **Eduardo Darós Fonseca**, **Danielle Cristina Ramos Rodrigues**, sob a coordenação do primeiro, constituírem a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

Parágrafo único. A Comissão de Planejamento das Contratações contempla empregados que possuem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento das Contratações e conhecimento sobre aspectos técnicos e de uso dos objetos, licitações e contratos, entre outros.

Art. 2º A Comissão terá como atribuição a elaboração do Plano Anual de Contratações do CRCES, bem como a elaboração e acompanhamento dos estudos preliminares e do gerenciamento de riscos de cada processo licitatório a ser realizado pelo CRCES, conforme prevê a Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito

Art. 3º As reuniões da Comissão, para elaboração de estudos preliminares e do gerenciamento de riscos dos processos licitatórios, deverão ser realizadas com a participação de no mínimo três integrantes, observada ainda a natureza do objeto e os aspectos técnicos a serem discutidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria nº 45, de 20 de maio de 2020.

Contadora **CARLA CRISTINA TASSO**
Presidente

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em
201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/03/2001,
que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação:

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

✓ [Redacted signature]

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo

ANÁLISE DE VIABILIDADE DO PROJETO

1. EQUIPE DA ANÁLISE DE VIABILIDADE

Nome	Cargo / Função	Telefone(s)	E-mail
JOSILENE DE ARAUJO	Chefe do setor ADM	27 3232-1635/ 32321610	administrativo@crc-es.sorg.br
VICTOR HUGO P. DE F. BERNARDO	Operador de Sistemas		victor.figueiredo@crc-es.org.br

2. NECESSIDADE

Certificado Digital é a identificação de uma pessoa física ou jurídica no meio eletrônico, como, por exemplo, o e-CPF e o e-CNPJ. Esses certificados são adquiridos por meio de Autoridades Certificadoras (AC).

As assinaturas feitas com Certificado Digital têm algumas propriedades que atribuem importância a elas:

Integridade

Toda e qualquer alteração feita em um documento assinado digitalmente é perceptível.

Autenticidade

A assinatura digital tem a mesma validade jurídica de uma autenticação em cartório.

Não repudio

O signatário não pode negar sua assinatura digital validada em um documento.

Assinaturas Digitais já são obrigatórias para vários tipos de processos, além de ser uma medida alinhada com a sustentabilidade, pois desencadeia uma utilização menor de papel e insumos de impressão.

Para isso tudo ocorrer, é necessário a contratação de solução que gerencie e dê validade a estas assinaturas, tornando transparente a sociedade e juridicamente viável, a ferramenta que pretendemos contratar viabiliza o uso da tecnologia de Certificação Digital, por meio de módulos que são integrados às aplicações e aos sistemas deste Conselho Regional.

O objeto do presente instrumento é a contratação de software no modelo SaaS para inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos, que serão prestados nas condições estabelecidas:

- INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL;

- CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS.

3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Desenvolver processos, projetos e ações de TI de forma integrada e colaborativa com os demais Conselhos Regionais de Contabilidade, com o Conselho Federal de Contabilidade, e com base em procedimentos, padrões e arquiteturas tecnológicas institucionalizadas, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e comunicação (PDTIC) do CRCES.

4. REQUISITOS BÁSICOS

A solução deverá ser capaz de:

- Realizar no browser a assinatura digital com um certificado digital (adquirido pelo CRCES) instalado na máquina do usuário; - Executar o cálculo de Hash e demais informações a serem assinadas e por empacotar a assinatura digital com o arquivo originalmente submetido para assinatura digital;
- Verificar o documento assinado digitalmente ou autenticado de usuário com uso de Certificado Digital;
- Atestar a data e a hora exata (sincronizada com a hora oficial do Brasil) em que um documento eletrônico recebeu a assinatura digital.

5. SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Requisito	Sim	Não
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	X	
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?		X
A Solução é um software livre ou software público?		X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	X	

6. VIABILIDADE TÉCNICA

Em relação aos Recursos Humanos, o CRCES deverá indicar colaboradores da área de gestão requisitante e de TI para acompanhar a execução dos serviços desenvolvidos.

Em relação aos Recursos Materiais e Tecnológicos O CRCES possui infraestrutura necessária para atender a esta demanda.

7. VIABILIDADE FINANCEIRA

Fonte de recurso para contratação e o planejamento existente (projeto): O projeto 5002 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - (6.3.1.3.02.01.005 - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA).

8. INDICAÇÃO DE SOLUÇÃO

A solução indicada é o Lacuna PKI, da empresa Lacuna Software, a solução contém todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de soluções que necessitem de assinatura digital, validação de documentos assinados, emissão de certificados, autenticação e autorização segura de usuários.

9. ASSINATURA

Nome: Josilene de Araujo

Cargo/Função: Chefe do Setor Administrativo

Data: xx/xx/xxxx 05/12/2021

Nome: Victor Hugo Pinto Bernardo de Figueiredo

Cargo/Função: Operador de Sistemas

Data: xx/xx/xxxx

De: Presidência

Para: Diretoria Executiva

Ref.: contratação de software no modelo SaaS para inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos.

AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA


Trata-se de solicitação para contratação de software no modelo SaaS para inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos para o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

A Pandemia do COVID-19 e a necessidade isolamento social impuseram mudanças nos procedimentos de trabalho, visto que os mesmos foram realizados pelos funcionários e Conselheiros do CRCES de suas residências. As reuniões e os eventos foram mantidos e realizados de forma online, porém os documentos gerados na execução dos trabalhos do Regional necessitam de assinaturas para que tenham validade legal.

Apesar de alguns colaboradores do CRCES já utilizarem certificados digitais para assinaturas em alguns procedimentos, tais como transações bancárias, envio de declarações ao Receita Federal, envio de informações ao FGTS, dentro outros, faz-se necessária a contratação desse software para ampliar significativamente o rol de documentos que hoje podem ser assinadas pelos Conselheiros e funcionários do CRCES de forma eletrônica.

Dessa forma, visando à eficiência tendo em vista a celeridade na coleta de assinatura nos documentos e a economicidade, uma vez que a assinatura de forma eletrônica reduz a necessidade de deslocamentos, inclusive com pagamento de diárias, **AUTORIZO** a contratação dos serviços solicitados e encaminho a Diretoria Executiva para que seja solicitado Parecer Jurídico e prosseguimento do processo.

Vitória-ES, 09 de dezembro de 2021.


Contadora **CRISTINA TASSO**
Presidente

FLS.: 10
PROC.: 298/2021

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 42/2021



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO



**COMITÊ DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ES

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1. Decreto nº. 3.555/00 – Art. 8º, II c/c Art. 3º, caput e incisos I a III, da Lei Federal nº. 10.520/02 e subsidiariamente, às normas constantes da Lei nº. 8.666/93.

2. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de software no modelo SaaS¹ para inserção e validação de assinatura digital COM carimbo de tempo em documentos, que será prestado sob demanda nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº XX/2021 e pago o quantitativo efetivamente executado de acordo com a tabela progressiva de valores:

1.1. **INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL** – operação de assinatura digital, verificação de documento assinado digitalmente ou autenticação de usuário com uso de certificado digital;

1.2. **CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS** – selo digital que atesta a data e a hora exata (sincronizada com a hora oficial do Brasil) em que um documento eletrônico recebeu assinatura digital.

3. DA JUSTIFICATIVA

Certificado Digital é a identificação de uma pessoa física ou jurídica no meio eletrônico, como, por exemplo, o e-CPF e o e-CNPJ. Esses certificados são adquiridos por meio de Autoridades Certificadoras (AC).

As assinaturas feitas com Certificado Digital têm algumas propriedades que atribuem importância a elas:

Integridade

Toda e qualquer alteração feita em um documento assinado digitalmente é perceptível.

Autenticidade

A assinatura digital tem a mesma validade jurídica de uma autenticação em cartório.

Não repúdio

O signatário não pode negar sua assinatura digital validada em um documento.

Assinaturas Digitais já são obrigatórias para vários tipos de processos, além de ser uma medida alinhada com a sustentabilidade, pois desencadeia uma utilização menor de papel e insumos de impressão.

Para isso tudo ocorrer, é necessário a contratação de solução que gerencie e dê validade a estas assinaturas, tornando transparente a sociedade e juridicamente viável, a ferramenta que pretendemos contratar viabiliza o uso da tecnologia de Certificação Digital, por meio de módulos que são integrados às aplicações e aos sistemas deste Conselho Regional.

¹ **SaaS:** Software como serviço, do inglês Software as a service, é uma forma de distribuição e comercialização de software. No modelo SaaS, o fornecedor do software se responsabiliza por toda a estrutura necessária à disponibilização do sistema, e o cliente utiliza o software via internet, pagando um valor pelo serviço.

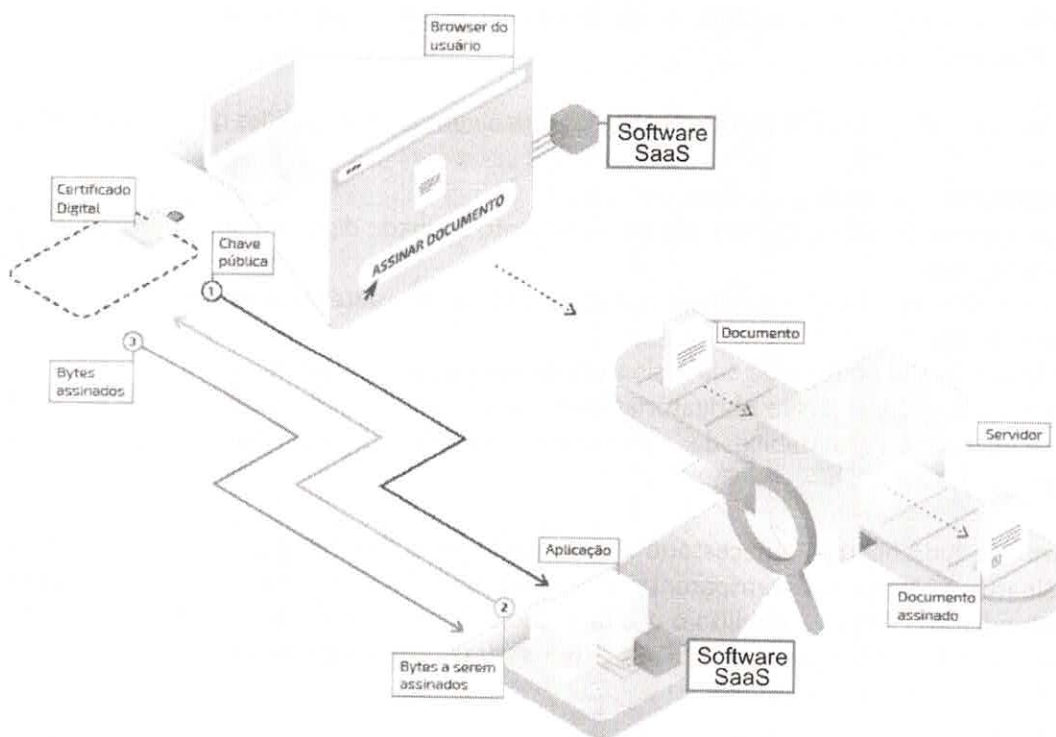
4. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. CONSIDERAÇÕES

A solução deverá ser capaz de:

- Realizar no browser a assinatura digital com um certificado digital (adquirido pelo CRCES) instalado na máquina do usuário;
- Executar o cálculo de Hash e demais informações a serem assinadas e por empacotar a assinatura digital com o arquivo originalmente submetido para assinatura digital;
- Verificar o documento assinado digitalmente ou autenticado de usuário com uso de Certificado Digital;
- Atestar a data e a hora exata (sincronizada com a hora oficial do Brasil) em que um documento eletrônico recebeu a assinatura digital.

4.2. DIAGRAMA DE FUNCIONAMENTO



4.3. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DA SOLUÇÃO

4.3.1. O serviço será executado sob demanda e será apurado mensalmente o quantitativo efetivamente realizado para efeito de pagamento conforme detalhamento na planilha abaixo:

Faixas de consumo	Valor unitário por assinatura	Valor unitário por carimbo de tempo	Valor unitário por carimbo de tempo e assinatura
De 01 á 50			
De 51 á 500			
De 501 á 5.000			
De 5.001 á 30.000			
Acima de 30.001			

4.3.2. A quantidade estimada está descrita no quadro abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO/ SOFTWARES / SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
I.	INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL COM CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS	2.500/mês

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. O serviço será prestado via web, através do datacenter da CONTRATADA e deverá estar disponível para uso 24 (vinte e quatro) horas por dias, 07 (sete) dias na semana (24x7);
- 5.1.2. A assinatura dos documentos e carimbos de tempo nos documentos será realizado através do portal web disponibilizado pela CONTRATADA;
- 5.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar em sua plataforma a opção para verificação da autenticidade das assinaturas realizadas 24 (vinte e quatro) horas por dias, 07 (sete) dias na semana (24x7);
- 5.1.4. A CONTRATADA disponibilizar suporte virtual mínimo de segunda à sexta-feira das 08hs às 18hs (8x5);
- 5.1.5. Mensalmente deverá ser apurado o valor efetivamente executado para efeito de emissão de nota fiscal/fatura para pagamento;
- 5.1.6. O CRCES irá informar a CONTRATADA á relação de usuários autorizados a utilizar os serviços contratados.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão às contas dos recursos:

Plano de Trabalho: 5002 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Dotação Orçamentária: 6.3.1.3.02.01.005 - serviços de tecnologia da informação.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado em moeda corrente, após atesto apresentação da Nota Fiscal e atesto por servidor designado pelo CRCES, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.
- 7.3. As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 7.4. O pagamento das Notas Fiscais/Faturas somente será efetivado após a verificação da regularidade da empresa, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.
- 7.5. De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, **do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.**
- 7.6. A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal <http://www.receita.fazenda.gov.br>, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.
- 7.7. Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007).
- 7.8. O CRCES poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Termo de Referência.

8. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

8.1.1. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses caso sejam preenchidos os requisitos descritos no subitem 7.2.

8.2. Para a prorrogação, devem ser preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

8.2.1. Prestação regular dos serviços;

8.2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

8.2.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;

8.2.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração;

8.2.5. Concordância expressa do CONTRATADO pela prorrogação.

8.3. O valor contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.3.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.3.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.3.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias de acordo com a legislação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CRCES, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos.
- 10.7. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
- 10.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a

utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.13. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.13.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.13.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Administração será responsável por acompanhar a execução do contrato, ou seja, a prestação dos serviços e registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização será realizada por servidor especialmente designado do setor de Tecnologia da Informação, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

11.3. A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução deste contrato ficará a cargo do Setor de Tecnologia da Informação, não eximindo da CONTRATADA qualquer irregularidade que não for identificada pelo Fiscal.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de inadimplemento assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

12.1.1. Advertência, nos casos de descumprimentos contratuais de menor potencial, que não gerem prejuízo para o CRCES;

12.1.2. Multas:

a) Em caso de interrupção dos serviços, sem que haja justificativa aceita pelo contratante, a contratada ficará sujeita à multa equivalente a um por cento (1,0%) do valor do item em atraso, por dia útil de atraso, até o limite de trinta por cento (30,0%) do valor do item. Após trinta dias úteis de atraso, o contratante poderá considerar inexecução total do contrato;

12.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CRCES, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no caso de recusa quanto a assinatura do contrato administrativo ou pela inexecução contratual;

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.

12.2. A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de suspensão/impedimento;

12.3. Da aplicação de penalidades, caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº. 8.666/93;

12.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo CRCES após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

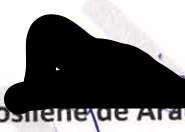
12.5. O CRCES deverá notificar a CONTRATADA e indicar a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.6. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº. 8666/93;

- 12.7. A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Conselho Presidente do CRCES, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.


13. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

- 13.1. Será recusado o serviço prestado fora dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.
- 13.2. No preço ofertado pela contratada deverão estar computadas todas as despesas, bem como, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução da entrega dos produtos.


Josiene de Araujo
Chefe do Setor Administrativo - CRCES

Considerando a justificativa apresentada, especificações técnicas e quantitativas, contidas no presente instrumento, demonstram-se satisfatórias e suficientes para o atendimento às necessidades do CRCES, **APROVO** o Termo de Referência nº xx/2021.

Encaminho ao Setor de Compras e de Licitações para as providências necessárias para o andamento da contratação.


Presidente do CRCES

PROPOSTA DE PREÇO

FLS:	16
PROC:	298/2021

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 34/2020 acatando todas as estipulações consignadas na respectiva solicitação de proposta comercial.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: LACUNA SOFTWARE LTDA

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.658.903/0001-71

REPRESENTANTE e CARGO: [REDACTED] – Sócio Administrador

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: [REDACTED] – CPF [REDACTED]

ENDEREÇO e TELEFONE: CLN 110 BLOCO A SALA 203 – ASA NORTE – CEP: 70753510- BRASÍLIA/DF – (61) 3030-5700

2 – PREÇO Deverá ser cotado o valor GLOBAL POR LOTE

PROPOSTA: O serviço será executado sob demanda e será apurado mensalmente o quantitativo efetivamente realizado para efeito de pagamento, na quantidade estimada de R\$ 2.500,00/mês para assinatura digital com carimbo de tempo.

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo de execução 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da emissão.

4 – OBJETO DA PROPOSTA:

Faixas de Consumo	Valor unitário por Assinatura	Valor unitário por Carimbo de Tempo	Valor unitário por carimbo de tempo e assinatura
De 01 a 50	0,50	0,15	0,65
De 51 a 500	0,40	0,12	0,52
De 501 a 5.000	0,30	0,09	0,39
De 5.001 a 30.000	0,20	0,07	0,27
Acima de 30.001	0,05	0,05	0,10

4.560,00

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	BANCO ITAÚ
CIDADE:	BRASÍLIA
N.º DA AGÊNCIA:	[REDACTED]
N.º DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:	[REDACTED]
NOME DA CONTA CORRENTE:	LACUNA SOFTWARE LTDA

2. DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAIS

NOME COMPLETO:	[REDACTED]
CARGO OU FUNÇÃO:	Sócio Administrador
IDENTIDADE Nº:	[REDACTED]
CPF/MF Nº:	[REDACTED]
TELEFONE PARA CONTATO:	[REDACTED]

NOME COMPLETO:	[REDACTED]
CARGO OU FUNÇÃO:	Sócio Administrador
IDENTIDADE Nº:	[REDACTED]
CPF/MF Nº:	[REDACTED]
TELEFONE PARA CONTATO:	[REDACTED]

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL: comercial@lacunasoftware.com

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do "Contrato", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.

Brasília/DF, 16 de dezembro de 2021.

Assinado digitalmente por: [REDACTED]





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS: 18
PROC: 298/2021

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LACUNA SOFTWARE LTDA
CNPJ: 20.658.903/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:03:18 do dia 17/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/06/2022.

Código de controle da certidão: **751F.8B34.81BF.F199**.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS.: 19
PROC.: 298 / 2021

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1

Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 20.658.903/0001-71

Razão social: LACUNA SOFTWARE LTDA EPP

Resultado da consulta em 17/12/2021 08:07:19

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS.	20
PROC.	248 2021

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LACUNA SOFTWARE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.658.903/0001-71

Certidão nº: 57257429/2021

Expedição: 17/12/2021, às 08:10:18

Validade: 14/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LACUNA SOFTWARE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **20.658.903/0001-71**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

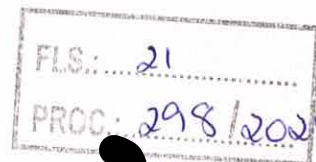
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20210000816223

Identificação do Requerente: CNPJ N° 20.658.903/0001-71

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **17/12/2021**, válida até **17/03/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

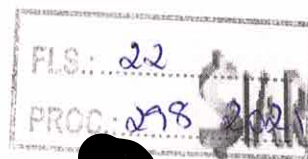
Vitória, 17/12/2021.

Autenticação eletrônica: **0022.1433.9110.7384**



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 17/12/2021 - 08:15h

CNPJ: 20658903000171

CNPJ não possui registros nos cadastros da PMV

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

É certificado que não constam pendências para a pessoa física/jurídica acima identificada perante a Fazenda Pública Municipal.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas conhecidas e as apuradas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas após a emissão deste documento.

Documento válido até o dia 15/02/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA.**

Emitido em 17/12/2021 às 08:15 pelo **AGENTE INTERNET**

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

b9dbb7e8-70e6-4c0a-8cc0-9f2aeb1740ca

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.

 **D4Sign**

PROPOSTA COMERCIAL

 **CRCES**
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

12/2021

23
29/8.2021





PRESENTE EM
**TODOS OS
ESTADOS
DO BRASIL**

também na Argentina,
México, Uruguai e Paraguai

FLS.: 24
PROC.: 298/2021

Do que nos orgulhamos



+ 30 MI

DOCUMENTOS PROCESSADOS
NA PLATAFORMA



+ 80%

ECONOMIA EM RELAÇÃO
AO MÉTODO TRADICIONAL



+ 97%

REDUÇÃO NO TEMPO TOTAL
DE ASSINATURA



95%

NO ÍNDICE GPTW



+ 200K

DE EMPRESAS ATENDIDAS

71NPS

ÍNDICE ACIMA DO MERCADO

FLS.: 25

PROC.: 298/2021

Quem confia na D4Sign



ReclameAQUI

ZARA

PicPay

GRU

AIRPORT



INSTITUTO
BUTANTAN
A serviço da vida

Azul



HERSHEY'S



FGV



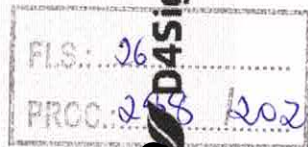
COMITÊ OLÍMPICO DO
BRASIL

Unimed



«catho» locaweb

Machado
Meyer



FLS.: 26

PROC.: 248

2021

Seus dados e documentos
seguros com tecnologia
de ponta da



Todos os cofres D4Sign são seguros por padrão. Só os proprietários do documento possuem acesso aos recursos dos cofres que criam, e a D4Sign oferece suporte à autenticação de usuário para controlar o acesso aos dados

Utilizamos toda a estrutura da Amazon para garantir segurança e alta tecnologia em nossa plataforma

A Amazon Web Service foi criada tendo em mente as empresas mais preocupadas com segurança e fornece as ferramentas necessárias para possibilitar o máximo de visibilidade, auditabilidade e capacidade de controle.

Com a parceria AWS temos automaticamente incluso o serviço de redundância de nível regional. Os dados são replicados automaticamente em 3 zonas de disponibilidade. Portanto em caso de sinistro no data center primário, haverá a redistribuição dos dados e documentos para outras zonas de disponibilidade, isso é feito automaticamente.

Mais segurança

Só na D4Sign você conta com 14 autenticações para a segurança dos seus documentos

- E-mail
- CPF
- Geolocalização
- Código de acesso
- Login e senha
- IP
- Certificado Digital
- Selfie
- Vídeo-Selfie
- D4Sign Score com Selfie e Vídeo-Selfie
- Anexo de Documento Oficial
- PIX Gratuito
- WhatsApp
- SMS

Todos os nossos planos incluem:

- Assinaturas e usuários ilimitados*
- Cofres personalizados
- Criptografia
- Suporte Especializado
- PowerForm (contratos automatizados)
- WorkFlow
- ICP-Brasil
- Uso da API* (sem custo de instalação)
- Envios em lote*
- 5 anos de armazenamento
- Autenticação por PIX Gratuito
- WhatsApp e SMS**
- Selfie e Vídeo Selfie
- D4Sign Score** (com selfie e Vídeo Selfie)
- Criação de templates
- Assinaturas em lote
- Controle de versão de minutas
- Aviso de documento expirado
- Relatórios
- TAGs

* exceto no Plano Ilimitado

** custo adicional

PLANO PERSONALIZADO

O melhor para sua experiência

Envios de documentos por mês	R\$ 2,14 por envio X 2.500	R\$ 5.350,00
Requisições POST na API ILIMITADAS	R\$ 0,00 por requisições POST ilimitadas	R\$ 0,00
Criptografia e armazenamento dos documentos por 5 anos	R\$ 0,00 por 5 anos de armazenamento	R\$ 0,00
Suporte Padrão por e-mail ILIMITADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Suporte Premium ilimitado (opcional)*	R\$ 49,90 por mês	R\$ 49,90

Investimento mensal com suporte padrão
Investimento mensal com suporte PREMIUM

R\$ 5.350,00
R\$ 5.399,90

Requisições GET na API - R\$ 0,00 por 250.000 requisições/mês R\$ 0,00

* Suporte Premium oferece um canal exclusivo com abertura de ticket por meio do dashboard, respostas em até 90 minutos e opção "me ligue" ilimitado, em horário comercial.

Os valores acima são condicionados ao período de 12 meses.

-Prazo de pagamento condicionado a 7 dias.

-Caso atinja o volume de envios contratados no mês, poderá comprar envios avulsos pelo mesmo valor unitário negociado + a taxa de serviço de R\$ 5,00 por solicitação.

*Lembrando que os avulsos sempre terão validade até o último dia do mês no qual eles foram contratados. | Proposta válida por 30 dias.

FLS.: 29
PROC.: 298/2021



23.691.35310001-80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS.: 30
PROC.: 298 / 2021

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: D4S SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 23.691.353/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:04:17 do dia 17/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/06/2022.

Código de controle da certidão: **89BF.BD33.9D2B.E070**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS.: 31
PROC.: 298 / 202

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1

Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 23.691.353/0001-80

Razão social: D4S SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA ME

Resultado da consulta em 17/12/2021 08:08:55

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

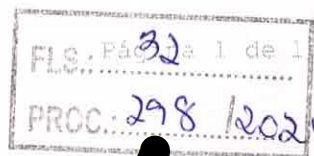
Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: D4S SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 23.691.353/0001-80

Certidão nº: 57257579/2021

Expedição: 17/12/2021, às 08:11:03

Validade: 14/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **D4S SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.691.353/0001-80**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

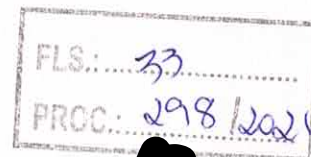
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20210000816226

Identificação do Requerente: CNPJ N° 23.691.353/0001-80

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **17/12/2021**, válida até **17/03/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 17/12/2021.

Autenticação eletrônica: **0013.1D33.9110.73D2**



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda

FLS.: 34
PROC.: 238.202
SIAR

Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 17/12/2021 - 08:16h

CNPJ: 23691353000180

CNPJ não possui registros nos cadastros da PMV

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

É certificado que não constam pendências para a pessoa física/jurídica acima identificada perante a Fazenda Pública Municipal.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas conhecidas e as apuradas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas após a emissão deste documento.

Documento válido até o dia 15/02/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES, a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em 17/12/2021 às 08:16 pelo AGENTE INTERNET

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

63331115-2b36-4abb-b9f6-12ebfa0d52b5

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.



FLS.: 73
208 / 2021
PROPOSTA IDEIA SIGNER
Proposta Comercial IDS 0289/2021
Autor: Direção – IDEIA SIGNER
Edição: 20.12.2021 | Versão: 7.0

PROPOSTA COMERCIAL AO:



QUEM SOMOS

A REDE IDEIA nasceu em 2009 com a IDEIA de formar uma REDE com real valor para as pessoas, unindo tecnologia e soluções sustentáveis.

Somos atualmente uma Autoridade Certificadora ligada a ICP-Brasil e a Receita Federal do Brasil, o que nos permite crescer exponencialmente e trazer ao mercado novas e vindouras soluções tecnológicas ligadas a identidade e segurança digital.



60.000+
CLIENTES ATENDIDOS

1.000+
UNIDADES DE PRESENÇA FÍSICA NO
MUNDO



10+
ANOS DE EXPERIÊNCIA COM
CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL e
IDENTIFICAÇÃO ELETRÔNICA



DESCRIÇÃO DO IDEIA SIGNER



O Ideia Signer permite a assinatura digital ou eletrônica de documentos que podem ser realizadas através de qualquer dispositivo.

Com uma interface simples e fácil, o Signer possibilita a criação de fluxos de assinaturas digitais e eletrônicas no mesmo documento. Esta escolha pode ser feita pelo usuário no momento da submissão do documento.

A solução contempla dos perfis de autorizador e observador e todas as movimentações do documento são informadas aos usuários via e-mail e registradas para o caso de trilha de auditorias futuras.

O produto suporta todos os padrões (PAdES, XAdES e CAdES) de assinaturas digitais definidas pela ICP-Brasil e a utilização de Autoridades certificadoras privadas, bem como o suporte as Assinaturas eletrônicas do padrão europeu.

Além de assinaturas de documentos genéricos o Signer suporta assinaturas de documentos específicos como Prescrição médica, Diploma seguindo o novo padrão MEC, entre outros.

A solução pode ser integrada a HSMs permitindo assinaturas digitais dos documentos sem a necessidade de instalação de qualquer software no dispositivo do usuário. Os Certificados Digitais da AC Rede Ideia emitidos em nuvem, já estão devidamente integrados a esta solução.

A identificação na aplicação pode ser realizada com Certificado Digital ICP-Brasil ou por login e senha com múltiplos fatores de autenticação.

Funcionalidades

Assinatura Digital

- Assinatura nos padrões PDF (PAdES), XAdES e CAdES;
- Conformidade com as Políticas de Assinatura da ICP-Brasil;
- Validação e verificação de Documentos assinados digitalmente;
- Posicionamento da representação visual da assinatura PAdES configurada pelo usuário no momento da assinatura ou na submissão do documento;

- Suporte a certificados não ICP-Brasil;
- Suporte para Firefox e Google Chrome (Windows, Mac OS e Linux) e Microsoft Edge e Microsoft Internet Explorer;
- Cache de LCRs;
- Centralizador de LCRs em URL única;
- Suporte ao Decreto 10.278/2020;
- **Carimbo de tempo ICP-Brasil**, se habilitado, incluso em todas as assinaturas realizadas.

Certificado de Atributo (opcional)

- Inclusão de certificados de atributo do cliente na assinatura digital;
- Emissão de certificados de atributo;

Digitalização de documentos

- Suporte a digitalização de documentos direto do browser;
- Aderência ao decreto 10.278/2020;

Certificado Digital (ICP-Brasil ou AC privada)

- Estatísticas de uso dos certificados de cada usuário;
- Relatório de aviso de vencimento dos certificados;
- Configuração da representação visual da assinatura para cada certificado do usuário.

Assinatura Eletrônica (padrão europeu)

- Verificação de identidade por SMS, e-mail e OTP;
- **Carimbo de tempo ICP-Brasil**, se habilitado, incluso em todas as assinaturas realizadas;
- Armazenamento de trilha de auditoria com:
- IP, Geolocalização e Identificador único do dispositivo.
- Possibilidade de utilizar o recurso de "Prova de vida";
- Possibilidade de utilizar o recurso de registro na Blockchain privada IdeiaSigner ou Blockchain pública Etereum.

Identificação de usuários

- Login com certificado digital;
- Validação de e-mail e celular de usuários no momento do cadastro;
- Duplo fator de autenticação com SMS e OTP;
- Logs de todas as operações do usuário.

Fluxo de assinaturas

- Fluxo customizável, sequencial e/ou em paralelo;
- Perfis disponíveis:
- Signatário;
- Observador;



PROPOSTA IDEIA SIGNER
Proposta Comercial IDS 0289/2021
Autor: Direção – IDEIA SIGNER
Edição: 20.12.2021 | Versão: 7.0

FLS.: 38
PROC.: 298 2021

- Aprovador;
- Outros perfis.
- Envio de e-mails para todos os passos do fluxo;
- Inserção de marca de *Visto* em todas as páginas do documento pelo perfil de Observador;
- Assinar documentos em lote;
- Assinatura de documentos utilizando QRCode.

Importação e criação de documentos

- Criação de documentos em lote utilizando templates;
- Digitalização de documentos, com integração de Scanners físicos.

Integração com HSM (opcional)

- Emitir certificados em HSMs;
- Assinar documento utilizando certificados armazenados em HSMs;
- Assinatura digital sem a necessidade de instalação de plugin no browser (Já integrado com a AC Rede Ideia);
- Suporte nativo a HSMs Dínamo.

Integração e APIs

- Autenticação integrada com outras aplicações utilizando OAuth2 e OpenID Connect;
- APIs REST para submissão de fluxos de documentos;
- Vasta lista de exemplos no GitHub;
- Widget para Assinatura embutida;
- Webhooks e APIs para integração com sistemas de cobrança.

Mobile

- Importação de certificados para o dispositivo;
- Assinatura digital com certificado instalado no dispositivo;
- Submeter documentos para assinatura diretamente no dispositivo;
- Coleta de posição geográfica.

Permissões

- Permissões individualizadas por organização;
- Os usuários podem ter os seguintes perfis em casa organização:
- Administrador;
- Gerente;
- Básico.

Administração

- Cadastro e manutenção de organizações/empresas;
- Cadastro e manutenção de usuários;
- Acesso a todas as ações de um usuário;
- Acesso a todos os logs de um usuário.



FLS.: 39
PROC.: 298 / 2021

Infraestrutura

- Esta informação depende da forma de contratação.

SLAs de suporte

- Esta informação depende da forma de contratação.

Aderência a LGPD

- A aplicação suporta todos os requisitos da LGPD.

MANUAL DE USUÁRIO

<https://www.ideiasigner.com.br/docs/Manual do Usuario-Ideia Signer.pdf>

PROPOSTA DO SIGNER

Licenciamento SaaS

Software disponibilizado na versão SaaS, hospedado em ambiente dedicado no datacenter da Azure - Microsoft, administrado pela CONTRATADA.

O cálculo de cobrança se dará pelo número de assinaturas realizadas nos documentos carregados dentro do Portal de Assinaturas, pelos usuários selecionados e devidamente autorizados pela CONTRATANTE. O item “carimbo do tempo” poderá a critério da CONTRATADA ser ativado ou não para as assinaturas. Uma vez escolhido, será ativado ou não para todos os documentos correntes do mês seguinte. Não é possível ainda, a seleção unitária para cada utilização, se utilizará ou não o carimbo de tempo.

Faixas de consumo	Valor unitário por assinatura	Valor unitário por carimbo de tempo	Valor unitário por carimbo de tempo e assinatura
De 01 a 50	R\$ 0,85	R\$ 0,15	R\$ 1,00
De 51 a 500	R\$ 0,72	R\$ 0,15	R\$ 0,87
De 501 a 5.000	R\$ 0,58	R\$ 0,15	R\$ 0,73
De 5.001 a 30.000	R\$ 0,46	R\$ 0,15	R\$ 0,61
Acima de 30.001	R\$ 0,37	R\$ 0,15	R\$ 0,52

10.980,00

O desenvolvimento de melhorias e novas funcionalidades poderão ser solicitadas pela contratante sempre que convier. Se a melhoria/funcionalidade for definida como útil para todos os usuários do Ideia Signer, será colocada no roadmap para desenvolvimento e



PROPOSTA IDEIA SIGNER
Proposta Comercial IDS 0289/2021

Autor: Direção – IDEIA SIGNER
Edição: 20.12.2021 | **Versão:** 7.0

PROC.: 298 2021

publicação. Caso a melhoria atenda a critério específico da CONTRATANTE, será orçado o número de horas necessárias para o desenvolvimento e publicação, por um custo hora de R\$ 265,00 reais.

***Todos os impostos estão inclusos no valor da proposta.**

Validade da Proposta

Está proposta tem validade de 30 dias, da data de assinatura.

Sem mais, agradecemos a atenção e interesse em nossa plataforma digital.

Ficamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas oriundas do presente documento ou de nossa solução.

Atenciosamente,


CEO e Founder



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS:	41
PROC:	298/2021

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: IDEIA BUSINESS SERVICOS DE PORTAIS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE
EIRELI
CNPJ: 30.082.914/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:31:57 do dia 03/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/07/2022.

Código de controle da certidão: **4BC7.75F6.BC75.FD9D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

FLS.: 42
PROC.: 298 / 2021

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20220000000811

Identificação do Requerente: CNPJ N° 30.082.914/0001-00

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **03/01/2022**, válida até **03/04/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

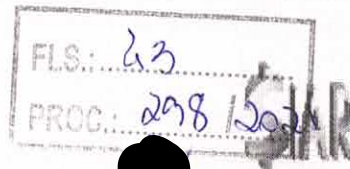
Vitória, 03/01/2022.

Autenticação eletrônica: **0013.6935.BC70.7868**



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 03/01/2022 - 08:34h

CNPJ: 30082914000100

CNPJ não possui registros nos cadastros da PMV

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

É certificado que não constam pendências para a pessoa física/jurídica acima identificada perante a Fazenda Pública Municipal.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas conhecidas e as apuradas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas após a emissão deste documento.

Documento válido até o dia 04/03/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA.**

Emitido em 03/01/2022 às 08:34 pelo AGENTE INTERNET

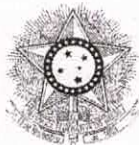
Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

cde30b25-70e4-48cf-bea1-aa52fa62e18d

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 24 de 1
FLS.
PROC.: 298/2021

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IDEIA BUSINESS SERVICOS DE PORTAIS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.082.914/0001-00

Certidão nº: 58168460/2022

Expedição: 03/01/2022, às 08:36:27

Validade: 01/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IDEIA BUSINESS SERVICOS DE PORTAIS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.082.914/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)FLS.: 45
PROC.: 298 / 2021**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 30.082.914/0001-00**Razão Social:** IDEIA BUSINESS SERVICOS DE PORTAIS E DE**Endereço:** AV POLONIA 255 SALA 1701 / SAO GERALDO / PORTO ALEGRE / RS /
90230-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/12/2021 a 28/01/2022**Certificação Número:** 2021123002354460162304

Informação obtida em 03/01/2022 08:38:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

DETALHAMENTO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS COTADOS

DESCRIÇÃO DA COTAÇÃO

Cotação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços inserção e validação de assinatura digital com carimbo de tempo em documentos.

MAPA

	EMPRESA	CNPJ	VALOR DA PROPOSTA
1	LACUNA SOFTWARE	20.658.903/0001-71	0,27
2	D4Sign	23.691.353/0001-80	2,14
3	IDeia Signer	30.082.914/0001-00	0,61

MELHOR PROPOSTA		
1	LACUNA SOFTWARE	20.658.903/0001-00 0,27

Vitória, 03 janeiro de 2021



Chefe do Setor Administrativo do CRCES

CONTRATO Nº 0XX/2021- PROCESSO ADM Nº XXXXXXXX
Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

O Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, com sede na rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, na cidade de Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 28.163.343/0001-96, neste ato representado pela Presidente Carla Cristina Tasso, nomeado pela Ata nº. 1609 da Sessão Plenária Ordinária do CRCES, de 06 de janeiro de 2020, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº ADM 2021/000XXX e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de software no modelo SaaS¹ para inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos, que será prestado sob demanda nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº XX/2021 e pago o quantitativo efetivamente executado de acordo com a tabela progressiva de valores.

1.2. Objeto da contratação:

1.2.1. **INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL** – operação de assinatura digital, verificação de documento assinado digitalmente ou autenticação de usuário com uso de certificado digital;

1.2.2. **CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS** – selo digital que atesta a data e a hora exata (sincronizada com a hora oficial do Brasil) em que um documento eletrônico recebeu assinatura digital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses caso sejam preenchidos os requisitos descritos no subitem 2.2.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado, a cada 12 (doze) meses, até o limite descrito no subitem 2.1 caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

2.2.1. Prestação regular dos serviços;

2.2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

2.2.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;

2.2.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração;

2.2.5. Concordância expressa do CONTRATADO pela prorrogação.

2.3. O valor poderá sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.3.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.3.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

2.3.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

2.3.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

2.3.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ XXXXXXX**

3.2. O serviço será executado sob demanda e será apurado mensalmente o quantitativo efetivamente realizado para efeito de pagamento conforme detalhamento na planilha abaixo:

Faixas de consumo	Valor unitário por assinatura	Valor unitário por carimbo de tempo	Valor unitário por carimbo de tempo e assinatura
De 01 á 50			
De 51 á 500			
De 501 á 5.000			
De 5.001 á 30.000			
Acima de 30.001			

3.3. A quantidade estimada está descrita no quadro abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO/ SOFTWARES / SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
I.	INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL COM CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS	2500/mês

3.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRCES para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Plano de Trabalho: 5002 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Dotação Orçamentária: 6.3.1.3.02.01.005 - serviços de tecnologia da informação.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº XX/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência nº 34/2020.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência nº XX/2021.

10. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência nº XX/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

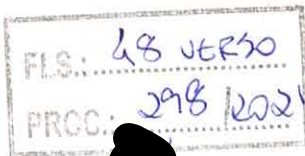
11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Vitória-ES, de de 2021

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Contadora Carla Cristina Tasso

Presidente



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

FLS.: 49
PROC.: 238 / 2021

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.

MANUT

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CHECK-LIST - ELABORAÇÃO DE PROCESSOS DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE

Processo número: ADM2021/000298

Data: 03/01/2022

Responsável: Josilene de Araujo

Fundamento legal:

Dispensa - Art. 24, inciso (x)

Inexigibilidade - Art. 25, inciso ()

Item	Itens a serem verificados	Situação		
		S	N	Fls.
1	A capa do processo licitatório e o nº de identificação.	X		
2	Consta Documento de Formalização da Demanda , devidamente assinado pelo responsável do setor requisitante e pela autoridade competente? (IN nº 05/2017, art. 21, I e Anexo II).	X		
3	Consta a portaria de nomeação da equipe de Planejamento da Contratação? (IN SEGES/MP nº 05/2017, art. 21, III).	X		
4	Constam os Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, em caso de contratações superiores a R\$ 17.600,00 (IN nº 05/2017, arts. 24 e 25 e Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 1º). Contratações inferiores a R\$ 17.600,00 fica dispensado através do artigo 20, § 2º, alínea "a" da IN nº 05 de 25/05/2017.	X		
5	Termo de Referência/ Projeto Básico devidamente aprovado pela autoridade competente (IN nº 05/2017, art. 28 e Anexo V)	X		
6	Mapa de Apuração e Estimativa de Preços de Mercado	X		
7	Certidões / Documentação / Atos Constitutivos e RG representante legal			
8	Proposta / Pesquisa de preços.	X		
9	Informação, do Departamento de Contabilidade, sobre a dotação orçamentária.			
10	Termo de Justificativa Dispensa ou Inexigibilidade	X		
11	Minuta do Contrato (se for o caso)	X		
12	Parecer Assessoria Jurídica (Parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93)			
13	Despacho de ratificação do Presidente do CRCES (EM CASO DE INEXIGIBILIDADE).			
14	Publicação no D.I.O/ES (EM CASO DE INEXIGIBILIDADE).			
15	Contrato/ Autorização de Fornecimento.			
16	Publicação do extrato do Contrato.			
17	Consta a portaria de nomeação dos Fiscais do contrato			

OBSERVAÇÕES:

De: Setor Administrativo

Para: Coordenadoria Jurídica

Ref.: Parecer jurídico para contratação de empresa visando a inserção e validação de assinatura digital com carimbo de tempo em documentos

Vitória, 03 de janeiro de 2022.

Versa o presente processo sobre a necessidade de Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos, conforme DOD às fls.03.

De acordo com a despesa, deverá ser adotado o procedimento administrativo de Dispensa de Licitação, de conformidade com o inciso II do artigo 24 da Lei nº8666/93 e alterações.

Foram apresentados 03(três) orçamentos, tendo a empresa LACUNA SOFTWARE apresentado a melhor proposta para o que se propõe a presente contratação, no valor de R\$4.860,00 (Quatro mil oitocentos e sessenta reais), estando em dia com a documentação obrigatória.

Informamos que será solicitada informação quanto a disponibilidade orçamentária para cobrir a despesa.

Encaminho os autos ao Dr. Leonardo Gonoring G. Simon, com Minuta de Contrato em anexo visando análise e parecer quanto à regularidade, na forma da Lei 8.666/93, bem como, sugestões e alterações que julgar necessárias no que se refere à devida instrução processual.

Atenciosamente,



Chefe do Setor Administrativo

PARECER JURÍDICO Nº 002/2022

Processo: ADM2021/000298

Interessado: PRESIDÊNCIA

Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos do CRCES.

Considerações iniciais

1. Trata-se de processo administrativo de contratação direta, por dispensa de licitação, instaurado em 16/12/2021 por iniciativa da Presidente do CRCES para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos do CRCES.
2. Com o fim de operacionalizar a contratação, o processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

Delimitação do Objeto

3. As orientações jurídicas nas contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação da Assessoria Jurídica, no exercício de sua competência consultiva, possuem caráter somente opinativo, restritas aos aspectos jurídicos da contratação, em especial do instrumento de contrato, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, recaiando exclusivamente sobre os agentes públicos competentes a responsabilidade pela regularidade dos atos do procedimento, pela veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias.

Análise Jurídica

4. No presente caso a Presidente do CRCES, requisitante, pretende a formalização de contrato administrativo em razão de contratação direta com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93.

5. Desse modo, em apreço ao princípio da segregação de funções¹, presumindo-se a regularidade dos atos do procedimento, veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias, passa-se a análise da minuta, em estrito cumprimento art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
6. De acordo com a Instrução Normativa n.º 5, de 26 de Maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional – a qual o CRCES observa em conformidade a orientações expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como ao Controle Interno deste Regional, o procedimento de contratação deve observar: Planejamento de Contratação, Seleção do Fornecedor e a Gestão do Contrato².
7. O planejamento da contratação, por sua vez, se consubstancia nas seguintes etapas: Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico³. Entretanto, conforme §2º, alínea “a”, do art. 20, as contratações realizadas com fundamento nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, ficam dispensadas da realização das etapas de Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos.
8. Assim, considerando que a contratação pretendida nos presentes autos, por estar fundamentada no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, encontra-se dispensada de Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos. Passa-se, então, a análise do Termo de Referência.
9. Deve compor o Termo de Referência, de acordo com o art. 30, da IN n.º 05/2017: I - declaração do objeto; II - fundamentação da contratação; III - descrição da solução como um todo; IV - requisitos da contratação; V - modelo de execução do objeto; VI - modelo de gestão do contrato; VII - critérios de medição e pagamento;

¹ Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRC (2007, p. 109): “princípio básico do sistema de controle interno que consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.”

² IN n.º 05/2017, art. 19.

³ Idem, art. 20.

VIII - forma de seleção do fornecedor; IX - critérios de seleção do fornecedor; X - estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014; e XI - adequação orçamentária.

10. Da análise do Termo de Referência n.º 42/2021, verifica-se a conformidade com o que é exigido pelo art. 30, da IN n.º 05/2017, de modo que hábil a instruir o processo de dispensa de licitação na forma pretendida.

11. Passando a análise da minuta de contrato, conforme estabelece o art. 55 da Lei n.º 8.666/93, são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. Da análise da minuta verifica-se que se trata de instrumento reiteradamente utilizado neste Regional para contratação de fornecimento de serviços, nos quais há a delimitação do objeto, preço, condições de pagamento, vedação de subcontratação, sanções administrativas, prazo de vigência e forma de reajuste durante a vigência e hipóteses de rescisão, observando, assim, os elementos necessários descritos no art. 55 da Lei n.º 8.666/93.

13. Quanto aos demais elementos obrigatórios, em linhas gerais, a minuta reúne os requisitos necessários no sentido de resguardar os interesses da Administração, notadamente os estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

FLS.: 53 5640
PROC.: 298 / 202

14. Registro, por fim, que deve a Administração se certificar de que o CRCES não realizou, nem pretende realizar, neste exercício financeiro, contratações do mesmo objeto ou de objeto de natureza similar que, somados, ultrapassem o limite máximo legal, sob pena de configuração de fracionamento ou parcelamento.



15. Além disso, não se encontra nos autos a reserva orçamentária, bem como o contrato social da empresa LACUNA SOFTWARE LTDA, nem os documentos pessoais do sócio administrador ou o seu representante legal.

Conclusão

16. Diante de tais apontamentos de direito opino pela regularidade jurídica do instrumento contratual, nos termos da IN n.º 05/2017 e dos arts. 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, cabendo ao setor requisitante observar a ressalva do item 15.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória/ES, 3 de janeiro de 2022.


Coordenador Jurídico CRCES
OAB/ES 

CRCES - Administrativo

De: CRCES - Paulo Henrique Amaral Rody
Enviado em: sexta-feira, 7 de janeiro de 2022 13:51
Para: CRCES - Administrativo
Assunto: RES: Disponibilidade Orçamentária



Boa tarde Josilene.

Há dotação orçamentária de R\$ 6.177,60 no projeto 5002 (6.3.1.3.02.01.005 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO). Esse serviço foi prestado em 2021 pela empresa LACUNA SOFTWARE LTDA EPP, contrato que se encerrou dia 03/12/2021.



Paulo Henrique A. Rody
Assistente Técnico Contador
controleinter@crc-es.org.br | <https://crc-es.org.br>
Tel: + 55 (27) 3232-1635

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Administrativo

Enviada em: segunda-feira, 3 de janeiro de 2022 13:19

Para: CRCES - Ana Carolina da Silva Grilo Santos

Assunto: Disponibilidade Orçamentária

Boa tarde Carol,

Estamos com problema no Sistema e não estou conseguindo solicitar nada por ali.

Por isso, poderia me informar por favor se há disponibilidade orçamentária para cobrir uma despesa no valor de R\$4.860,00, referente contratação de empresa para prestação de serviços de inserção e validação de assinatura digital com carimbo de tempo em documentos?

No aguardo.

..t,



Josilene de Araujo

Chefe do Setor Administrativo

www.crc-es.org.br | administrativo@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1635

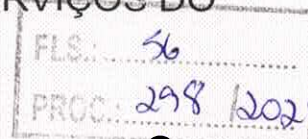
Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/070.338-5	DFP2100092127	26/05/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1693053 em 01/06/2021 por [REDACTED] JUNTA SOFTWARE LTDA EPP, CNPJ 20658903000171 e protocolo DFP2100092127 - 27/05/2021. Autenticação [REDACTED] Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do processo 21/070.338-5 e o código de segurança qx3H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2021 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

LACUNA SOFTWARE LTDA

Pelo presente Instrumento Particular de alteração,

[REDACTED], natural da cidade de [REDACTED], nascido em [REDACTED], inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número [REDACTED], portador da cédula de identidade número [REDACTED] expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, residente e domiciliado [REDACTED],

[REDACTED], natural da cidade de [REDACTED], nascido em [REDACTED], inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número [REDACTED], portador da cédula de identidade número [REDACTED] expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, residente e domiciliado [REDACTED],

[REDACTED], natural da cidade de [REDACTED], nascido em [REDACTED], sob o regime de [REDACTED], inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número [REDACTED], portador da cédula de identidade número [REDACTED] expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, residente e domiciliado na [REDACTED],

[REDACTED], natural da cidade de [REDACTED], nascido em [REDACTED], sob o regime de [REDACTED], inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número [REDACTED], portador da cédula de identidade número [REDACTED] expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, residente e domiciliado [REDACTED],

[REDACTED], natural da cidade de [REDACTED], nascido em [REDACTED], casado sob o regime de [REDACTED], inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número [REDACTED], portador da cédula de identidade número [REDACTED] expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, residente e domiciliado [REDACTED],

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **LACUNA SOFTWARE LTDA**, com sede na **CLN 110, BLOCO A, SALA 203, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF, CEP: 70.753-510**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ sob o nº 20.658.903/0001-71**, com contrato social de constituição registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o **NIRE 5320213009-0**, em sessão de 07/08/2017, pelo presente instrumento particular, alterar e consolidar o Contrato Social conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I

Altera-se neste ato o objeto social da empresa que passa a ser de prestação de serviços em desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, locação de mão de obra temporária, treinamento, suporte, manutenção, consultoria em tecnologia da informação, projetos na área de informática, serviços de correio eletrônico (e-mail), serviços de hospedagem de informações ou dados, serviços de provedor da internet, serviços de provedor da intranet.

CLÁUSULA II

As cláusulas e condições estabelecidas não alteradas continuam em igual teor e forma.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

CLÁUSULA I

A empresa gira sob o nome empresarial de **LACUNA SOFTWARE LTDA** e tem sua sede e domicílio na **CLN 110 BLOCO A, SALA 203, ASA NORTE, BRASILIA/DF, CEP: 70.753-510.**

CLÁUSULA II

O capital social é de 97.562 (noventa e sete mil quinhentos e sessenta e duas) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 97.562,00 (noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, assim está distribuído desconsiderando os centavos:

Sócios	Nº de Quotas	%	Valor R\$
ALEXANDRE ROSSI SWIOKLO	25.000	25,625%	R\$ 25.000,00
ANDRÉ FIGUEIRA LOURENÇO	13.781	14,125%	R\$ 13.781,00
BAZILI ROSSI SWIOKLO	20.000	20,5%	R\$ 20.000,00
BRUNO CESAR DIAS RIBEIRO	13.781	14,125%	R\$ 13.781,00
LEONARDO PIGNATARO	25.000	25,625%	R\$ 25.000,00
TOTAL	97.562	100%	R\$ 97.562,00

CLÁUSULA III

A administração da sociedade caberá aos sócios **ANDRÉ FIGUEIRA LOURENÇO, BRUNO CESAR DIAS RIBEIRO, LEONARDO PIGNATARO e ALEXANDRE ROSSI SWIOKLO**, em conjunto, sendo exigida assinatura de dois sócios, com os poderes e atribuições para firmar contratos, convênios, acordos e ajustes com organismos administradores de incentivos e ou benefícios fiscais e financeiros, movimentar contas bancárias no país ou no exterior, efetuar investimentos e resgates em instituições financeiras, contrair empréstimos ou qualquer outro tipo de financiamento, prestar avais, fianças ou cauções em nome da sociedade a favor de empresas coligadas, receber citações, representar a sociedade em juízo ativa e passivamente, constituir procuradores e ou gerentes-delegados, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, enfim, praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social.

CLÁUSULA IV

A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços em desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, locação de mão de obra temporária, treinamento, suporte, manutenção, consultoria em tecnologia da informação, projetos na área de informática, serviços de correio eletrônico (e-mail), serviços de hospedagem de informações ou dados, serviços de provedor da internet, serviços de provedor da intranet.

CLÁUSULA V

A sociedade iniciou suas atividades em 11/07/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA VI

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a sessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA VII

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CLÁUSULA VIII

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA IX

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regularmente pertinentes.

CLÁUSULA X

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA XI

Os quotistas e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial; ou em virtude de condenação criminal; ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA XII

Fica eleito o foro da cidade de Brasília para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações

CLÁUSULA XIII – DO FORO

Os sócios elegem de comum acordo o foro de Brasília/DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou atos omissos do presente instrumento, rejeitando-se qualquer outro por mais especial que seja.

Brasília, 18 de maio de 2021.

ALEXANDRE ROSSI SWIOKLO

ANDRÉ FIGUEIRA LOURENÇO

BAZILI ROSSI SWIOKLO

BRUNO CESAR DIAS RIBEIRO

LEONARDO PIGNATARO





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

FLS.: 60
PROC.: 298 / 2021

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/070.338-5	DFP2100092127	26/05/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LACUNA SOFTWARE LTDA EPP, de CNPJ 20.658.903/0001-71 e protocolado sob o número 21/070.338-5 em 27/05/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1693053, em 01/06/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Iara Costa dos Santos.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 21/070.338-5.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

FLS.: 62
PROC.: 298/2021

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	[REDACTED]	31/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



Documento assinado eletronicamente por Iara Costa dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 01/06/2021, às 10:18.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da Jucisdf informando o número do protocolo 21/070.338-5.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

FLS.: 63
PROC.: 298 / 2021

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	[REDACTED]

Brasília, terça-feira, 01 de junho de 2021



FLS.: 62
PROC.: 298 2021

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME: [REDACTED]
DOC. IDENTIDADE / RG EMISSOR / LE: [REDACTED]
DATA NASCIMENTO: [REDACTED]
FILIAÇÃO: [REDACTED]
PERMISSÃO: [REDACTED] ACC: [REDACTED] CAT. 1986: [REDACTED]
Nº REGISTRO: [REDACTED] VALIDADE: 24/09/2022 R. HABILITAÇÃO: 19/12/1985

OBSERVAÇÕES: [REDACTED]

ASSINATURA DO PORTADOR: [REDACTED] DATA EMISSÃO: 04/10/2017
LOCAL: BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF
CARTÃO: [REDACTED]
ASSINATURA DO EMISSOR: [REDACTED]
DISTRITO FEDERAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTÓRIO ASA NORTE
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASILIA/DF
FONE: (61) 3038-2519, 3028-5234, 3038-2500 - (61) 99129.1003
cartorio@oficiodenotas.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original. Lei n. [REDACTED]
Tabelião: Evaldo Feltosa dos Santos
Brasília-DF, 03 de Março de 2021
AROLDO DE SOUZA ARAUJO
ESCREVENTE AUTORIZADO
191-Consultar selos: www.tidft.jus.br
Selo: [REDACTED]

1º OFÍCIO DE NOTAS - DF
EVALDO FELTOSA DOS SANTOS - TABELIÃO TITULAR

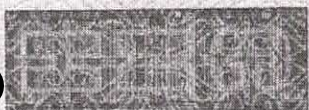
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ATRIBUÍDO

Rivaleo Feltosa dos Santos
1º Ofício de Notas de DF
Escritor Autorizado

QUALQUER ESCRITURA DE DATA E DOCUMENTO

FLS.: 63
PROC.: 239 2021

PROIBIDO PLASTIFICAR



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL



DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

José Carlos
Diretor Geral
DEPARTAMENTO

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO
26/08/2015

ASSINATURA DO PORTADOR

[Redacted signature]

OBSERVAÇÕES

1ª REGISTRO

VALIDADE
18/08/2020

1ª HABILITAÇÃO
06/08/2005

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

FILIAÇÃO

CNP

DOC. IDENTIFICADOR

EMISSOR / UF

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

CRCES - Administrativo

De: CRCES - Administrativo
Enviado em: segunda-feira, 10 de janeiro de 2022 13:00
Para: CRCES - Paulo Henrique Amaral Rody
Assunto: Solicitação de Empenho

FLS.: 66
PROC.: 298/2021

Paulo,

Informo que pedi empenho no Sistema de Protocolo do Processo nº ADM2021/000298, referente a prestação de serviços de Validação de Assinaaturas.

Informo ainda que o valor da solicitação de informação de disponibilidade orçamentária foi alterado, visto que a demanda anual teve aumento significativo e encontra-se dentro do valor informado disponível.

Att,



Josilene de Araujo

Chefe do Setor Administrativo

www.crc-es.org.br | administrativo@crc-es.org.br | 55 (27) 3232-1635

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

FLS:	67
PROC:	278/2021

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.658.903/0001-71

Razão Social: LACUNA SOFTWARE LTDA EPP

Endereço: Q CLN 110 BL A SN SALA 203 / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70753-510

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/01/2022 a 09/02/2022

Certificação Número: 2022011110454570211852

Informação obtida em 12/01/2022 15:38:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ES
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO

FLS.: 68
PROC.: 208/2021
Data: 12/01/2022
Hora: 15:50

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício
97	12/01/2022	ESTIMATIVA	2021/000298	109	2022
Conta de Despesa	Descrição da Conta		Projeto	SubProjeto	
6.3.1.3.02.01.005	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		5002 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	-	
Número do Evento	Descrição do Evento				
1130	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA				

Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)			
Modalidade	Complemento	Número	Núm. Controle
Dispensa de Licitação	Lei 8666/93, art. 24	2021/000298	0

Favorecido			
Nome	: LACUNA SOFTWARE LTDA EPP	CNPJ / CPF	: 20.658.903/0001-71
Endereço	: CLN 110 BLOCO A SALA 203	Bairro	:
CEP	: 70753-510	Cidade	: BRASILIA
Banco	:	UF	: DF
		Conta	:

Histórico do Empenho	Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado
USO DE SFTWARE NO MODELO SaaS PARA INSERÇÃO E VALIDAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL E CARIMBO DE TEMPO EM DOCUMENTOS	999	R\$ 5.940,00	R\$ 5.940,00

Valor por Extenso			
Cinco Mil, Novecentos e Quarenta Reais			
Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados	Valor deste Empenho	Saldo Atual
RS 290.943,76	R\$ 85.165,68	R\$ 5.940,00	R\$ 199.838,08
Parcelas Executadas	Total Executado	Total a Executar	Finalizado
---	R\$ 0,00	R\$ 5.940,00	NAO

VITÓRIA, 12 de Janeiro de 2022

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA [REDACTED]
Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em
201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código [REDACTED]

Paulo Henrique Amaral Rody
Contador



Este documento foi assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

13/01/2022 16:42:08



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

FLS:	70
PROC:	2018/2

Código para verificação: [REDACTED]

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

[REDACTED]

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em
201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?co [REDACTED]